

NOME BENEFICIÁRIO	A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia
NIFAP	8590717
DESIGNAÇÃO	Estratégia de Desenvolvimento Local da Região Saloia 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. A Estratégia de Desenvolvimento Local consiste numa estratégia abrangente para todo o território, tendo por base a análise SWOT realizada, que deverá cobrir as áreas em que sejam detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de serem da esfera da atuação do DLBC;

A Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) preconizada para o território está enquadrada nos estatutos da A2S, em particular no objetivo “Promover o desenvolvimento integrado e sustentável dos concelhos que constituem a sua área geográfica de atuação, com vista à melhoria das condições económicas e de vida das populações”.

A análise SWOT que serve de base à EDL teve em conta o livre contributo dos associados da A2S, da comunidade local e de diversos peritos que, no seu conjunto, abrangem diversas áreas de intervenção representativas dos diferentes grupos de interesses da região, numa perspetiva alargada e integradora das diferentes oportunidades que são oferecidas ao território, assim como as debilidades a corrigir, independentemente de serem da esfera de atuação do DLBC. Neste sentido, a EDL, está perfeitamente alinhada com os três pilares do Desenvolvimento Sustentável – económico, ambiental e social. Os principais enfoques temáticos estão relacionados com a dinamização da economia local, a melhoria qualidade de vida das populações e a preservação da identidade saloia, tendo como enfoques transversais a sustentabilidade ambiental do território e o conhecimento, a inovação e a digitalização.

A EDL da Região Saloia 2030 será implementada através da mobilização do Eixo D – Abordagem Territorial Integrada do PEPAC – D1. Desenvolvimento Local de Base Comunitária (FEADER), através da presente candidatura, bem como da Prioridade 3 do MAR2030 (FEAMPA), cuja candidatura já foi aprovada. Além das medidas DLBC, a associação desenvolverá projetos complementares, individuais ou em parceria, financiados quer por fundos nacionais ou comunitários, quer por fundos próprios e participará em redes colaborativas que concorram para a concretização dos objetivos definidos na EDL e nos estatutos da A2S.

2. Caracterização do território, com delimitação ao nível da freguesia, com enfoque para a sua tipologia Rural ou Não Rural;

O território de intervenção do GAL rural A2S encontra-se discriminado, por freguesia, no formulário de candidatura e no documento complementar Matriz_EDL.

A definição do território de intervenção foi alvo de uma reflexão alargada e participada pelos parceiros e pelas comunidades locais, e dá resposta ao Aviso 02/Operação 1.0.11/2023, dado que se encontra totalmente incluído na NUT II AML; não se conhece outra candidatura que incida nos mesmos concelhos; incide num território de comunidades de base rural, já que inclui todas as freguesias do concelho de Mafra, classificadas como freguesias rurais (Anexo II ao aviso), apresentando uma população total de 208.928 habitantes (freguesias rurais e não rurais), ligeiramente superior ao limite. Para além do concelho de Mafra, integra as freguesias rurais dos concelhos de Loures e Sintra com maior importância agrícola, agroindustrial, florestal.

A inclusão no território de intervenção das freguesias classificadas como não rurais dos concelhos de Loures e Sintra e o facto de se ultrapassar o limite máximo de 200 000 habitantes justificam-se pelas seguintes razões:

- Coerência territorial e relevância estratégica das freguesias seleccionadas para o cumprimento das metas e objetivos definidos;
- Identidade territorial e histórico de intervenção – no quadro de programação anterior (PDR2020), a A2S foi reconhecida enquanto GAL rural e o seu território incluiu freguesias classificadas como não rurais. Verifica-se que, apesar da classificação do GPP, todas as freguesias do território de intervenção seleccionado são assumidas como rurais pelas respetivas comunidades dado que apresentam uma identidade comum – a identidade saloia. No período de programação anterior (2014-2020) as comunidades e os potenciais beneficiários das freguesias de Loures e da UF de Sintra não compreenderam a retirada dessas freguesias do território de intervenção nem a desvalorização e desconsideração da identidade territorial existente, sentida pelas populações. Este facto provocou desequilíbrios no que se refere ao acesso aos apoios e excluiu as populações rurais das oportunidades de financiamento existentes, gorando as expectativas criadas aquando da conceção da EDL.
- Inclusão da freguesia da Ericeira (concelho de Mafra) para dar cumprimento à meta estabelecida no PEPAC – Percentagem da população rural abrangida por estratégias de desenvolvimento local R38 – 100%;
- Ruralidade do território - no concelho de Loures, as freguesias seleccionadas têm uma ruralidade acentuada, persistindo cerca de duas dezenas de aldeias e lugares, e com produção relevante de determinados produtos como o queijo fresco saloio, vinho DOC Bucelas, produtos hortícolas, etc. Apesar da elevada densidade populacional, a freguesia de Loures apresenta uma assinalável proporção de Superfície Agrícola Utilizada (43%), relativamente à área total da freguesia e um número significativo de explorações agrícolas (163, 35.5% das explorações do concelho) com 8.6 ha de SAU em média. Também no concelho de Sintra, a UF de Sintra apresenta uma considerável área agrícola, com uma SAU de 456 ha e cerca de 60 explorações agrícolas (com 7.6 ha em média), principalmente na antiga freguesia de S. Martinho que faz parte da região demarcada do vinho DOC Colares. As freguesias rurais de Sintra apresentam um elevado número de explorações agrícolas, especialmente na área da viticultura sendo a base da área demarcada do Vinho DOC Colares, e de outras culturas importantes como os morangos, pêssego rosa ou a maçã reineta.
- Ligações urbano-rurais: as zonas urbanas e periurbanas (que existem em todos os concelhos) permitem garantir os serviços que as zonas rurais necessitam para a sua sustentabilidade, nomeadamente, os mercados de proximidade para produtos alimentares, serviços especializados, energéticos e de valorização de resíduos e condições de transporte e logística. Por outro lado, as zonas rurais oferecem os alimentos e matérias-primas, bem como os serviços ambientais e paisagísticos, estando o território perfeitamente articulado com as Políticas Metropolitanas para os Sistemas Alimentares.

Considera-se que o território agora apresentado é coerente, partilha de uma identidade comum e de um carácter periurbano com fortes características rurais, agrícolas e florestais e que contribuirá no seu todo para os objetivos e metas definidas na EDL. As intervenções são adequadas aos públicos-alvo e setores de atividade existentes pelo que se justifica que a população do território de intervenção ultrapasse o limite em apenas 8.928 habitantes.

3. Caracterização da parceria com todos os seus membros e comprovação da sua adesão à mesma (através da assinatura do Protocolo de Parceria e adesão à Estratégia de Desenvolvimento Local proposta), bem como definição do modelo organizacional que será seguido para a gestão de fundos comunitários, em particular no âmbito do FEADER;

A parceria enquadra-se nas entidades proponentes definidas no Aviso, na alínea a) Pessoas coletivas de carácter associativo, constituídas ao abrigo dos artigos 167º e seguintes do Código Civil (Associações), estando discriminada no formulário de candidatura e no documento complementar Matriz_EDL. A parceria apresentada corresponde à A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, que é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída atualmente por 39 associados, de vários setores de atividade e representativos do território de intervenção. A sua escritura foi lavrada no dia 23 de janeiro de 2015, com o primordial objetivo de se candidatar à constituição de um GAL rural e costeiro, no quadro comunitário 2014-2020.

No decorrer da implementação da EDL anterior, a associação sofreu alterações na sua massa associativa, tendo perdido alguns dos seus associados, mas também acolhido outros representativos de novos setores de atividade. Procurou-se aumentar o número de associados, de forma a melhorar a abrangência de áreas temáticas, áreas essas em que a A2S tem atribuições enquanto GAL rural e costeiro – nomeadamente, a área do **Turismo** (exemplo: ERT – Entidade Regional de Turismo e a ATS – Associação de Turismo de Sintra), do **Desporto** (Ericeira Surf Clube e Soc. Rec. Desportiva Cheleirense), da **Cultura** (Sociedades Culturais e Recreativas), **Património** (Rota Histórica das Linhas de Torres) e na área da **Inovação e Empreendedorismo**, com a adesão da Startup Sintra (SSTTBC). Uma vez que a A2S é também entidade gestora do GAL costeiro, também foi aprovada a adesão de associados no âmbito dos setores das pescas e do mar. As últimas adesões à associação permitiram incluir grupos de atores locais, que não estavam representados, nomeadamente **jovens** (Orquestra de Jovens), **imigrantes** (Associação Moda Africana) e **idosos** (Universidade Sénior). A Academia do Bombo tem atividades de carácter intergeracional. Todas as entidades atuam em setores relevantes para a implementação das EDL dos GAL rural e costeiro.

A parceria é maioritariamente composta por entidades de base local (cerca de 90%), no entanto, as entidades regionais (ou nacionais) são de extrema relevância para a concretização dos objetivos da EDL dado que atuam no território, nomeadamente, a CVR Lisboa, ERT Lisboa, a Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras, ou mesmo a Agrobio. Todos os concelhos estão representados, com 43.5% dos associados em Mafra, 28% em Sintra, 18% em Loures. A Associação Moda Africana, desenvolve projetos no setor social e cultural no concelho de Mafra.

A proporção de entidades públicas é de 10,3%, sendo os setores mais representados o da agricultura e agroalimentar (com 25.6%), o património/cultura (23.1%) e o setor social (15,4%).

O modelo organizacional a adotar está em linha com os estatutos e regulamento interno da Associação, sendo a Assembleia Geral da A2S equivalente à Assembleia de Parceiros do GAL. Toda a informação sobre a implementação das estratégias dos GAL rural e costeiro é do conhecimento de todos os associados seja no âmbito das reuniões da assembleia geral, seja através da *newsletter* mensal enviada a todos os associados, ou mesmo através da organização e participação em eventos.

A Direção da A2S adota as funções do Órgão de Gestão do GAL e é composta por 7 entidades, maioritariamente privadas (4) e representando diferentes setores de atividade – Agricultura, Agroindústria, Empresas e Social. As entidades públicas, representam cada um dos três municípios. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos, estando os atuais órgãos sociais em funções para o

triénio 2022/2024. Os pressupostos relativamente à constituição da Direção/OG, nomeadamente a proporção de entidades públicas e de setores será mantida.

Em suma, a parceria do GAL rural A2S é coerente e representativa das áreas a desenvolver na EDL, apresenta entidades de relevante impacto na comunidade local, representativas de interesses coletivos, por serem maioritariamente entidades locais coletivas, de caráter associativo e cooperativo, e que integram em si ou servem muitos dos potenciais beneficiários ou público-alvo da EDL. Os membros da parceria revelam vitalidade e presença efetiva no território de intervenção.

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção, à partida, através de uma análise SWOT:

População:

Forças: ▪ Aumento da população residente no território do GAL, face a 2011 (+8.5%), especialmente no concelho de Mafra (+13%) ▪ Proporção da população jovem superior à média (16.4% MFR, 14.7% LRS, 14.8% SNT, 13.1% Continente) ▪ Menor proporção de população envelhecida, face ao Continente (20% GAL, 24% Continente - 2021) ▪ Existência de comunidades imigrantes e multiculturais. Sintra é o município com maior nº de residentes estrangeiros, na AML, depois de Lisboa (cerca de 42 mil hab, 2021), maioritariamente de provenientes de África (55.6%, em 2011). Mafra teve o 2º maior crescimento de população estrangeira proveniente da UE ▪ População com elevada escolaridade – Ensino pós-secundário e superior (20% GAL; 18% Continente), em 2021

Fraquezas:

Oportunidades: ▪ Aumento da população ativa e do número de crianças e jovens proporcionado pela imigração

Ameaças: ▪ Previsão de redução e envelhecimento da população em 2080 (CCDR-LVT, 2022) ▪ Dificuldades no acesso à habitação ▪ Aumento da probabilidade de ocorrências de pandemias, crises e situações de guerra

Economia e emprego:

Forças: ▪ População ativa elevada (65.8% MFR, 67.4% SNT, 63.5% Continente) em 2021 ▪ Baixa taxa de desemprego (2.8% MFR, 4.3% SNT, 4.9% LRS, 6.6% Continente), em 2021 ▪ Aumento da proporção de empresas na divisão agricultura (...) no concelho de Loures. Manteve-se a proporção nos restantes concelhos, mas aumentou o nº de empresas (entre 2011 e 2021) ▪ Aumento da população empregada no setor primário (8% LRS e 10,7% STR), e ligeira redução em Mafra (-3%) ▪ Condições edafoclimáticas adequadas à produção agrícola, com zonas de elevado potencial agrícola – várzeas de Loures, de Sintra e Colares, Vale do Lizandro, entre outras ▪ Aproveitamentos agrícolas da Várzea de Loures e do Vale do Lizandro, com associações de beneficiários estabelecidas ▪ Estudo de caracterização dos solos rústicos, em Sintra ▪ Existência de produtos endógenos e tradicionais: pera rocha (DOP), pêssego rosa, maçã reineta de Sintra, morangos de Colares e do Sobral da Abelheira, limão de Mafra; hortícolas, ovelha saloia (freguesia de Loures apresenta 60% dos criadores de ovelha saloia, do concelho, com registo no respetivo Livro Genealógico da Raça) ▪ Regiões demarcadas centenárias - Bucelas e Colares – e região do vinho IG Lisboa ▪ Existência de condições ideais para o Enoturismo, com diversas castas e vinhos característicos (Arinto de Bucelas, Malvasia e Ramisco de Colares, Jampal em Mafra), bem como diversas adegas com potencial para a receção de turistas ▪ Existência de diversas centrais hortofrutícolas de grande dimensão, que concentram a produção local ▪ Em Sintra, as principais empresas no setor da agricultura concentram-se nas áreas de suinicultura, culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos e atividades relacionados com a silvicultura e exploração florestal. ▪ Existência de diversas incubadoras e start-

ups - Innovation Business Hub (Loures), com enfoque no setor da agroindústria e logística (com modelos inovadores de industrialização), a Startup Sintra, na tecnologia e digitalização, e a Mafra Business Factory, nas atividades rurais ▪ Aumento da proporção de empresas na área do Turismo (+1%) em Mafra, com aumento do nº de empresas em todos os concelhos ▪ Recursos naturais para o Turismo Outdoor – paisagens, percursos pedestres e trilhos, cascatas, etc. ▪ Existência da Estratégia do Turismo Outdoor de Mafra ▪ Proximidade e bons acessos a Lisboa e a áreas logísticas (Aeroporto, MARL, Porto de Lisboa, etc.) e a vários núcleos urbanos (centros de consumo) ▪ Indústria da Pedra (Sintra) como fator de desenvolvimento económico e de inovação – Projeto Stone CITI – bem como atrativo turístico

Fraquezas: ▪ Loures apresenta uma população ativa média inferior ao Continente (63.3%), em 2021 ▪ Municípios com características de “dormitório” (ex: 57.44% da população trabalha fora do concelho LRS), sendo o VAB transferido para os concelhos limítrofes com maior atividade empresarial (VAB LX 23M€, OER 6 M€ - SNT 3.7M€, LRS 2M€, MFR 0.75M€) ▪ Ganho médio mensal dos trabalhadores é inferior ao da AML (ex: 1067€ MFR, 1516€ AML). Na agricultura o rendimento é também inferior ao valor da AML (804,90€ MFR, 949,7€ AML) ▪ Redução da superfície agrícola utilizada (-5.6% de 2009 para 2019). A freguesia de Fanhões sofreu um decréscimo de 48% ▪ Pressão urbanística sobre os terrenos rústicos. Pouca disponibilidade de terrenos agrícolas e custo elevado dos existentes ▪ Redução do nº de explorações agrícolas (-16.2% de 2009 para 2019), em Bucelas e Fanhões houve reduções de 43% e 42%, respetivamente ▪ Reduzida área das explorações agrícolas (19.7% <1ha, 53.9% 1-5 ha, apenas 5.4% +20ha – em 2019) e 61.5% das explorações apresenta <1 UTA ▪ Pouco valor acrescentado dos produtos agrícolas e baixa rentabilidade da agricultura. ▪ Falta de comunicação e *marketing* que valorize os produtos da região saloia ▪ Falta de diferenciação dos produtos locais na comercialização realizada pelas centrais hortofrutícolas para as grandes superfícies ▪ Desvalorização da profissão de agricultor ▪ Pragas e doenças nas culturas que levam à substituição de pomares (pera) por outras culturas (maçã e vinha) ▪ Exploração florestal excessivamente dominada pelo Eucalipto ▪ Deficiente aconselhamento técnico na área agrícola ▪ Falta de centros de logística para armazenamento e conservação dos produtos (nomeadamente ao nível das OP/AP e Cooperativas) ▪ Inexistência de serviços partilhados de máquinas e equipamentos agrícolas ▪ Redução da proporção e de nº de empresas na divisão indústria transformadora, em todos os concelhos (-1% de LRS e MFR, -2% STR), em 2021 relativamente a 2011 ▪ Pequena dimensão das empresas dificulta a captação de talento e a geração de emprego qualificado ▪ Falta de mão-de-obra, especialmente na agricultura, no turismo e no setor social ▪ Elevada pressão turística em algumas zonas do território (vila de Sintra e vila da Ericeira) ▪ Fraca capacidade para aumentar o número de dormidas e a estadia média no território ▪ Fraca qualificação profissional e falta de oferta de formação (ex: nas áreas agrícola, turismo e restauração) ▪ Falta de ligação à academia ▪ Reduzida colaboração entre agentes económicos na construção de soluções partilhadas para problemas comuns

Oportunidades: ▪ Aumento de população imigrante que poderá permitir suprir as necessidades de mão-de-obra ▪ Existência de uma Estratégia para a Transição Alimentar da Área Metropolitana (AML/CCDR) – intenção de criar Parques Agrícolas e Agroalimentares, com potencial de desenvolvimento em Mafra (ex: Vale do Lizando) ou Sintra ▪ Crescente importância da indústria criativa (cinema, música, arte, design e tecnologia da informação) como forma de gerar empregos. ▪ Protocolo entre o Instituto Superior Técnico e Frontwave (para o setor da Pedra) ▪ Existência de Universidades e importantes centros de investigação na região de Lisboa com disponibilidade para colaboração ▪ Existência de incentivos para o fomento das exportações e conquista de mercados

internacionais ▪ Crescimento da economia criativa (música, arte, design, cinema, literatura, moda, etc.)

Ameaças: ▪ Volatilidade dos preços das matérias-primas e fatores de produção ▪ Aumento dos custos energéticos e escassez de água ▪ Aumento das taxas de juro nos empréstimos às empresas (2.00% dez2021 para 4.44% dez2022) ▪ Desadequação do salário mínimo em PT (+20% do limiar de pobreza (550€ em 2021) ▪ Concentração das dormidas em Lisboa ▪ Exploração e extração excessiva de recursos ▪ Globalização e dependência de importações

Recursos naturais e culturais:

Forças: ▪ Produtos transformados e gastronomia de elevada importância histórica e económica (ex: pão de Mafra e saloio, queijo fresco da região saloia, leitão de Negrais, doçaria tradicional) ▪ Parque Natural Sintra-Cascais, Tapada de Mafra e de outras zonas protegidas (Rede Natura 2000) e a paisagem rural típica da região saloia ▪ Património classificado pela UNESCO em Sintra e Mafra e consequente aumento do nº visitantes (2014-2019), em 31.4% e 100.4%, respetivamente ▪ Existência de património e rotas históricas como Rota das Linhas de Torres, Rota do Memorial do Convento, Rota dos vinhos de Bucelas, Carcavelos e Colares, Museus do vinho e da vinha (Bucelas), bem como outros museus, palácios e vastíssimo património histórico, arqueológico e religioso, bem como elementos patrimoniais identitários da região (moinhos de vento e azenhas) ▪ Identidade cultural ligada às aldeias tradicionais saloias e à ruralidade – Aldeia da Mata Pequena e Museu Aldeia Típica do Sobreiro, Cheleiros (única Aldeia de Portugal classificada na AML), Espaço Memória (Teté, Lousa) ▪ Existência de etnografia própria, ranchos folclóricos e festas/festividades (Festa do Vinho e das Vindimas (Bucelas), Feira de Loures, Festival de Folclore e outras festas nas aldeias saloias) que preservam as memórias e a cultura ▪ Recursos ligados à pedra bastante valorizados (Lióz de Pero Pinheiro) ▪ Existência de algum artesanato típico (olaria, tanoaria, entre outros)

Fraquezas: ▪ Tendência para a desflorestação e falta de espaços verdes ▪ Perigo de incêndios rurais, devido ao abandono das atividades agrícolas e florestais. Área ardida 299 ha MFR, 111 ha SNT e 51 ha LRS, em 2022 ▪ Falta de conservação e de informação dos recursos paisagísticos e patrimoniais (ex: cascatas, etc.) ▪ Falta de informação sistematizada sobre ativos turísticos da região saloia (percursos, atividades, monumentos, locais a visitar, enoturismo, etc.) ▪ Falta de formação dos Guias Turísticos ▪ Descaraterização das comunidades rurais e perda da identidade cultural saloia. Má imagem da cultura saloia ▪ Redução dos orçamentos municipais para a cultura e desporto - Mafra canalizou 7% do seu orçamento enquanto Loures 5.3% e Sintra 4% (face a 8.1% na AML e 8.7% Continente), em 2020

Oportunidades: ▪ Existência de eventos especializados em determinados produtos turísticos (para divulgação do território) ▪ Crescente procura por destinos turísticos rurais e voltados para a qualidade ambiental e sustentabilidade (ex: BTT) ▪ Aumento da procura por turismo cultural (história, arquitetura, tradições e eventos culturais locais) ▪ Educação e Formação para valorização dos recursos naturais e culturais ▪ Aumento da procura e interesse pela gastronomia local (turismo gastronómico) ▪ Crescente valorização do artesanato local

Ameaças: ▪ Ausência de políticas intermunicipais de ordenamento e planeamento do território ▪ Concorrência com outros territórios, com maior apoio e dinâmica na divulgação turística e patrimonial ▪ Expansão urbana

Produção, infraestruturas e serviços básicos (organização e promoção da produção, alimentação, mercados locais, cadeias curtas, energia, mobilidade, ensino)

Forças: ▪ Existência de Organizações de Produtores – nos setores frutícola – Frutoeste, e do vinho – Adega da Azueira, bem como outras importantes associações na área agrícola e agroindustrial, como a Adega Regional de Colares e a Associação de Produtores e Engarrafadores de Bucelas ▪ Valorização da produção devido à mecanização e organização da produção de tomate (Loures) ▪ Existência do MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, principal mercado grossista ▪ Existência de diversas cadeias curtas de comercialização – Cabazes de iniciativa privada (ex: Quinta do Arneiro) e coletiva (PROVE); mercados locais de produtores – Sintra, Agrobio, etc, feiras dedicadas a produtos locais – Festival da Maçã Reineta, Arinto e Sabores Saloios, Festival do Pão, Feira dos Alhos, etc. que permitem diminuir os custos de transporte, armazenamento e conservação e aumentar o rendimento dos produtores agrícolas ▪ Existência do Made in Sintra (Marca de promoção de produtos locais) ▪ A2S e alguns dos seus associados são membros da Foodlink (rede para a Transição alimentar da AML) ▪ Projeto pioneiro de fornecimento de cantinas coletivas em Loures e o Projeto educativo Sintra Cresce Saudável, com potencial de disseminação ▪

Fraquezas: ▪ Inexistência de organizações de produtores multiproduto, e de outros setores representativos do território (ex: hortícolas, queijo fresco, etc) ▪ Necessidade de valorizar e capacitar as cooperativas ▪ Falta de reconhecimento e divulgação da produção local nos mercados, restauração, etc. ▪ Ausência de uma marca territorial comum ▪ Fraca adesão à Dieta mediterrânica ▪ Inexistência de programas de empreendedorismo agrícola (e de abrangência supramunicipal) ▪ Fraca articulação e escassez de transportes nos meios rurais ▪ Falta de intercâmbio de boas práticas a nível inter-regional

Oportunidades: ▪ Existência de novos mecanismos de certificação participativa da produção agrícola ▪ Financiamentos destinados às OP/AP ▪ Projeto AML Alimenta – enfoque na promoção da produção local nos mercados e escolas da AML ▪ Plano de Salvaguarda e Valorização da Dieta Mediterrânica, na LVT ▪ Aumento da procura de produtos biológicos e compras em circuito curto ▪ Estratégias Regionais (AML e RIS3), com referência às temáticas da alimentação e cadeias curtas ▪ Elaboração da Estratégia para a Transição alimentar na AML ▪ Aumento da consciencialização relativamente à alimentação saudável e sustentável ▪ Crescente popularidade de dietas à base de proteína vegetal ▪ Mudança nos hábitos de consumo com aumento de refeições prontas e o serviço de *delivery* ▪ Existência de *Know How* para a implementação de Cadeias de Curtas Agro Alimentares e Sistemas Alimentares Locais.

Ameaças: ▪ Crescente procura por regimes alimentares diversos, sem base na dieta mediterrânica ▪ Desperdício alimentar ▪ Desvalorização e fraca dinamização dos mercados municipais face a outras tipologias de local de venda ▪ Concorrência das grandes cadeias de distribuição ▪ Aumento da obesidade e dos riscos de doenças associadas à alimentação ▪ Dificuldades económicas que limitam o acesso a alimentos saudáveis

Sustentabilidade e Clima (adaptação e mitigação às alterações climáticas, economia circular, bioeconomia, modos de produção mais amigos do ambiente)

Forças: ▪ Classificação de solos em RAN e REN em todos os concelhos ▪ Desenvolvimento do Plano Estratégico Municipal para a Agricultura Biológica no concelho de Loures (PMAB) ▪ Certificação de Maфра como Biosphere Destination, pelo Instituto de Turismo responsável ▪ Projetos municipais de compostagem de resíduos orgânicos domésticos ▪ Consumo de água em Maфра (62.9m³) inferior à média da AML (76.8m³), em 2020, e de excelente qualidade (99.9%) ▪ Compromisso com os ODS - Observatório Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (MFR)

Fraquezas: ▪ Elevada suscetibilidade para incêndios rurais/florestais e para a erosão hídrica do solo ▪ Alta probabilidade para a ocorrência de cheias rápidas em algumas freguesias (Carvoeira, Sto

Isidoro, Loures e Tojais) ▪ Tendência de agravamento das condições de seca da região (de muito baixa para muito alta e alta) ▪ Poucas ou desadequadas infraestruturas de retenção de água ▪ Falta de recuperação ambiental das pedreiras ▪ Falta de comunicação sobre a sustentabilidade dos produtos locais ▪ Em Mafra a % de resíduos encaminhados para aterro (65.6%) é superior à média nacional (55.3%) ▪ Inexistente tratamento dos plásticos na agricultura ▪ Existência de poluição de origem agrícola e doméstica, em determinadas épocas, nos cursos de água. ▪ Sub-dimensionamento das infraestruturas devido ao aumento da população e ao turismo ▪ Desadequação de determinadas de culturas face às condições climáticas, de escassez de água

Oportunidades: ▪ Surgimento de novos conceitos de produção agrícola (Agroecologia, Agricultura circular, sustentável, regenerativa, etc) ▪ Aumento da procura de produtos com práticas agrícolas mais sustentáveis ▪ Existência de formação e programas em *green skill and jobs* ▪ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e políticas europeias para a sustentabilidade (Pacto Ecológico Europeu, Prado ao Prato, etc.) ▪ Lei Europeia do Clima, prevê a redução em 50% da emissão de GEE, até 2030 ▪ Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (AML) ▪ Desenvolvimento de modelos de agricultura sustentável ▪ Maior valorização da produção sustentável e da indústria sustentável ▪ Aumento da procura por modos de turismo sustentável (enoturismo, turismo de natureza, etc.) ▪ Apoios à descarbonização da indústria ▪ Escassez de água no Alentejo Litoral (produção de hortícolas) podendo a AML estar numa situação mais favorável para substituir/complementar essa produção ▪ Existência de modelos de exploração sustentável do setor da pedra ▪ Existência de modelos de gestão e exploração florestal sustentável ▪ Novas possibilidades de valorização económica em torno da bioeconomia e biotecnologia

Ameaças: ▪ Dificuldades legais para discriminar positivamente a produção local nas compras públicas (ex: restauração coletiva) ▪ Uso excessivo de fertilizantes e pesticidas ▪ Redução da produtividade do setor primário devido à adoção de práticas mais sustentáveis e de legislação mais exigente ▪ Vulnerabilidade do setor primário devido aos custos económicos de adaptação e mitigação às alterações climáticas ▪ Poluição (do ar, da água e do solo) ▪ Alterações climáticas e perda de biodiversidade ▪ Falta de consciencialização e educação ambiental

Transição energética e digital

Forças: ▪ Redução do consumo de energia elétrica na agricultura e pescas (2011 para 2021), mais acentuada em Mafra (-5MkWh), tendo aumentado em Loures (+2MkWh) ▪ Redução do consumo energético nos municípios de Loures e Sintra (-175 MkWh, -52MkWh), e aumento em Mafra (14 MkWh) no total de atividades económicas (2011 para 2021) ▪ Criação do Centro Tecnológico Especializado em Energias Alternativas em Sintra ▪ APPs turísticas – Walk Sintra, Maфра&Ericeira Experience, Loures - Lugares de Cultura

Fraquezas: ▪ Fraca mobilização dos agricultores para a transição energética ▪ Consumo energético doméstico em MRF superior à média (1389 kWh, face a 1189 kWh nacional) ▪ Fraca modernização tecnológica das explorações, das empresas e das indústrias ▪ Incipiente transição digital no comércio a retalho ▪ Inexistência de projetos sociais que promovam a transição energética justa

Oportunidades: ▪ Aumento da procura por fontes de energia limpa e renovável, como solar, eólica, hidroelétrica e biomassa, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e promover a sustentabilidade ambiental ▪ Portugal é um dos países que mais aposta nas energias renováveis (79.5% da energia produzida é renovável – 2021) ▪ Existência de apoios do PRR, Fundo Ambiental, e outros programas para a transição energética ▪ Crescente introdução de tecnologia na agricultura, como o uso de drones, sensores e análise de dados, etc. ▪ Existência de projetos Bairros Digitais com abrangência em pequenos núcleos do território ▪ Aumento dos negócios relacionados com a

tecnologia e inovação ▪ Existência de novos modelos de distribuição e consumo proporcionados pelas TIC ▪ Uso de tecnologias como inteligência artificial, *big data*, aplicativos móveis e plataformas digitais

Ameaças: ▪ Custo elevado da transição energética e retorno a longo prazo ▪ Agravamento das condições económicas pode levar ao redirecionamento dos investimentos na sustentabilidade para outros de retorno mais imediato ▪ Impactos da digitalização e mecanização na diminuição do emprego e no acesso a pessoas com menor literacia ▪ Desperdício de recursos energéticos e de água

Governança Local, inovação social, cidadania e sociedade civil

Forças: ▪ Mafra é o primeiro município europeu a receber a “SDG Cities Silver Certificate” da UN Habitat, pelo seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ▪ Alinhamento de todos os municípios com os ODS ▪ Capacidade e dinâmica dos municípios e outros parceiros na implementação de projetos financiados ▪ Oferta de ensino artístico, técnico e superior em Mafra e Sintra ▪ Existência de universidades séniores em todos os concelhos ▪ Boa cobertura de ofertas de ERPI (embora próximas da lotação máxima), centros de dia para idosos (com ocupação de 50%) e SAD (46.4%) em Mafra ▪ Existência de um movimento associativo forte e com iniciativa em toda a região (coletividades, associação culturais, recreativas, desportivas, etc) ▪ Existência de diversas IPSS e Santas Casas que oferecem alguns serviços básicos às populações

Fraquezas: ▪ Falta de acesso a respostas sociais solidárias para o envelhecimento (ERPI, Centro de dia, SAD), bem como para a educação na infância (creches e JI, CATL) em Loures ▪ Falta de oferta de atividades fora do horário escolar (oferta de OTL) ▪ Baixa cobertura de CATL (apenas 4 em MFR). As freguesias mais rurais do concelho de Mafra não dispõem de serviços de creche, concentrando-se a oferta no eixo central do concelho. ▪ Inexistência de resposta na área da saúde mental ▪ Isolamento da população idosa. Insuficiência de projetos/iniciativas que mantenham alguns idosos mais ativos e integrados em redes de sociabilidade ▪ Falta de adequação das respostas sociais às necessidades, bem como falta de respostas preventivas ▪ Baixa proporção de alunos no ensino profissional (28.9% MFR, 40% Continente) – não há oferta na área agrícola (p.ex) ▪ Dificuldades na mobilidade condicionam o acesso aos serviços de ensino (MRF) ▪ Escassez de ações de formação não formal (de curta duração) às famílias cuidadoras de idosos e/ou pessoas dependentes ▪ Fragilidade do movimento associativo, especialmente o associativismo jovem, por falta de envolvimento da comunidade, recursos humanos e financeiros ▪ Ausência de políticas e estratégias intermunicipais para assuntos de interesse comum ▪ Dificuldade de integração dos imigrantes

Oportunidades: ▪ Uso do DLBC no apoio a projetos de interesse coletivo, partilha de recursos e investimentos, que permitam aumentar a eficácia do orçamento ▪ Implementação do princípio da subsidiariedade. A Europa mais próxima dos cidadãos

Ameaças: ▪ Desadequação das políticas de educação – falta de oferta adaptada aos interesses e necessidades ▪ Inexistência de equipas multidisciplinares que atuem junto de crianças e jovens ▪ Falta de voluntariado (principalmente nos jovens) ▪ Elevada burocratização dos fundos, afasta potenciais beneficiários, especialmente os de menor dimensão ▪ Taxas de apoio reduzidas, por estar integrada numa região considerada desenvolvida ▪ Efeito negativo da existência de concelhos do muito desenvolvidos na região (Lisboa, Oeiras e Cascais) ▪ Inexistência da opção multifundos para o DLBC. ▪ Orçamento do Programa Regional de Lisboa sem apoios diretos ao DLBC. ▪ Redução significativa do orçamento do PR Lisboa 2030 ▪ Fragmentação dos apoios por diversas medidas e entidades ▪ Inflexibilidade das medidas de apoio (elegibilidades limitadas). ▪ Pouca autonomia do

GAL na implementação da EDL ▪ Situação de instabilidade social e económica, originada pela inflação, mercado imobiliário e juros dos empréstimos, guerra na Ucrânia, imigração ilegal etc.

5. Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL, articulados com as áreas de intervenção que serão mobilizadas, assim como objetivos e metas traçados tendo em conta os resultados a atingir. Os desafios devem corresponder aos enfoques temáticos escolhidos e aos respetivos objetivos quer enquadráveis no âmbito do PEPAC quer de outros fundos, sendo que nos enfoques temáticos no âmbito do PEPAC deverá existir uma correspondência com necessidades principais, necessidades complementares e resultados definidas na presente OTE;

A área de intervenção da A2S, conforme os seus estatutos, abrange toda a Área Metropolitana de Lisboa Norte - Grande Lisboa (NUT III). No entanto, os territórios de intervenção do GAL rural e/ou do GAL costeiro, apresentam uma delimitação territorial mais reduzida. Considera-se assim, no presente documento, que a “Região Saloia” corresponde apenas às freguesias rurais e/ou costeiras dos municípios de Loures, Mafra, Sintra e Cascais.

Os desafios que se apresentam a estes territórios são semelhantes ou complementares, pelo que a EDL de ambos dos GAL (rural e costeiro) é comum, apresentando enfoques e objetivos coincidentes. A relação entre os Enfoques Temáticos, Objetivos, Necessidades e Resultados, pode ser encontrada no Formulário de Candidatura, bem como agregada no documento complementar Matriz_EDL.

A implementação das estratégias rural e costeira será preconizada através do DLBC rural (FEADER) e costeiro (FEAMPA). No âmbito dos projetos de cooperação dos GAL procurar-se-á desenvolver os enfoques temáticos identificados na EDL, com especial atenção para os Sistemas Agroalimentares Locais, Enoturismo, Identidade Territorial Saloia, Inovação e Transferência de Conhecimento, Intercâmbio de Boas Práticas, entre outras.

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria (nomeadamente através de evidências fotográficas, registo de presenças, relatórios e conclusões de sessões)

A A2S iniciou o processo de auscultação das comunidades locais em maio de 2021 através da organização de fóruns temáticos LEADERar o Futuro. Estas iniciativas tiveram como objetivo principal realizar um primeiro “*brainstorming*” com as comunidades locais para identificação das necessidades e dos desafios para o território, recolher propostas de ação e definir as diferentes áreas de atuação para o horizonte temporal 2030. Seguiu-se a sistematização e análise dos resultados dos fóruns através da aplicação de um inquérito para a validação de resultados. Link <https://a2s.pt/forum-leaderar-o-futuro/>

Em maio de 2022 foi organizada a conferência “Saloio com muito gosto” que foi uma iniciativa com um triplo objetivo: prestar contas sobre o trabalho desenvolvido pela A2S no último quadro de programação, angariar novos associados e continuar o debate sobre os desafios para o período de programação 2030.

Em junho de 2023, a A2S promoveu de forma descentralizada as oficinas temáticas “LEADERar o futuro” e que tiveram como principal objetivo a elaboração de um diagnóstico participativo e a definição de objetivos para a construção da Estratégia 2030 da região saloia direcionada às zonas rurais.

Foi ainda elaborado e aplicado um inquérito para recolha e sistematização de informação para a construção da EDL para as zonas rurais. O inquérito foi amplamente divulgado e enviado para as comunidades locais em geral e para determinados públicos específicos como por exemplo: associados, beneficiários, parceiros, potenciais candidatos, etc.

Posteriormente, foram organizados *focus group* temáticos – Empresas e Turismo, Agricultura e Agroindústria, com os associados para debater os resultados das iniciativas anteriores e promover a construção dos objetivos da EDL.

A proposta de EDL foi debatida e votada na Assembleia Geral extraordinária de dia 21 de julho de 2023, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

No que diz respeito à parceria, a associação sempre teve como objetivo abranger todos os atores relevantes representativos do território. Após a submissão da candidatura ao reconhecimento do GAL rural, em 2014, foram sendo integradas na associação novas entidades provenientes de setores que anteriormente não estavam representados, como o Turismo, a Cultura, o Património, as e o Desporto. No que se refere à adesão de novos associados, foi preocupação da Assembleia-Geral facilitar as condições de acesso e alargamento da sua rede colaborativa, através da alteração da quotização, da organização da conferência “Salóio com muito gosto”, do apoio a instituições locais em diversos eventos e envolvendo-as em projetos de cooperação ou outros, quando possível. Houve também a integração de associados que pertencem à parceria informal, do GAL costeiro, de forma a robustecer a atuação da associação, nos setores da Economia Azul.

7. Evidencia da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais, temáticas ou generalistas, para as quais perspetivam uma mais-valia da implementação da EDL.

A EDL preconizada está alinhada com os objetivos definidos nos principais documentos estratégicos de carácter europeu, nacional e regional que incidem sobre o território de intervenção: a Ficha LEADER do PEPAC; a Estratégia Regional Lisboa 2030 (ER Lisboa 2030) e a Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa (RIS3 Lisboa 21-27).

A nível regional houve também a preocupação de ajustar a intervenção aos objetivos da Foodlink e da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, bem como do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas.

A EDL está comprometida ainda com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) ao fixar objetivos que vão ao encontro de uma produção alimentar sustentável, uma economia verde com base na descarbonização, na circularidade, na conservação e na adaptação às alterações climáticas.

No quadro da Estratégia Regional Lisboa 2030 existe uma articulação da EDL com os seguintes domínios:

- Domínio 1 - Inovação e Competitividade, nos Subdomínios “Conhecimento e investigação” e “Sistema de I&D&I e ecossistema económico”
- Domínio 2 - “Sustentabilidade Ambiental e Alimentar e Mitigação dos Riscos Naturais, nos Subdomínios” Descarbonização e transição energética”; “Adaptação climática e mitigação de riscos”, “Economia Circular”, “Biodiversidade” e “Sistema Alimentar e Desenvolvimento Rural”
- Domínio 3 - “Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica”, nos Subdomínios “Mercado de Trabalho”, “Inovação e Inclusão Social”, “Atração e Inclusão de População Imigrante” e
- Domínios transversais: “Ação climática”; “Transição Digital” e “Cultura e Criatividade”

A Estratégia de Especialização Inteligente de Lisboa 2030 (RIS3 2030) definiu como um dos seus domínios o Agroalimentar. A RIS3 2030 considera este domínio como um elemento fundamental no

suporte a uma vida com qualidade, promovendo uma maior sustentabilidade, com uma estratégia de comunicação transparente em todos os elos da cadeia, com o foco no consumidor. Aproveitando as capacidades diferenciadoras da AML, esta decisão estratégica permitirá apoiar a produção de alimentos seguros e saudáveis, a escolha informada do consumidor, soluções e inovações nutricionais e métodos de produção mais sustentáveis. Aposto em abordagens inovadoras em que a colaboração integrada e multissetorial pressupõe o esforço combinado de todos os atores relevantes da cadeia alimentar, incluindo o setor I&DT sendo que a implementação da EDL terá um papel relevante neste domínio.

O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas tem como visão reduzir a vulnerabilidade da AML às alterações climáticas. O PMAACAML assume três objetivos estratégicos, centrados: (i) na proteção de pessoas e bens aos riscos climáticos; (ii) na criação de uma cultura de adaptação transversal a todos setores chave e a todo o território; (iii) na criação de uma comunidade informada e sensibilizada para evolução climática na AML e para os impactos das mudanças. Também nesta área será importante o contributo da EDL.

A FoodLink, visa apoiar a operacionalização de sistemas agroalimentares sustentáveis, competitivos e resilientes, de base territorial, numa estreita relação com o ordenamento do território regional e local, com impacto positivo na criação de dinâmicas urbano-rurais de proximidade, integrando o planeamento e gestão do sistema alimentar nas suas diferentes componentes, encontra-se perfeitamente alinhada com os compromissos definidos pelas várias Estratégias Internacionais, Nacionais, Regionais e Locais para o horizonte 2030. Assenta em cinco domínios prioritários de desenvolvimento metropolitano, designadamente: inovação e competitividade; sustentabilidade ambiental e alimentar e mitigação de riscos naturais; coesão social e sustentabilidade demográfica; mobilidade e conectividade sustentável; e num domínio de âmbito territorial (desenvolvimento urbano e mudança transformadora).

Este leque de domínios e respetivos subdomínios identificam o conjunto de políticas públicas setoriais e de base territorial indispensáveis para promover as dinâmicas económicas e sociais e para as quais a intervenção do GAL será um contributo.

A implementação dos ODS tem sido uma das frentes de trabalho dos municípios do território de intervenção, em particular, no município de Mafra, o primeiro município português a elaborar o Relatório Voluntário Local (Voluntary Local Review – VLR). Este documento estratégico foi aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Municipal e foi apresentado no evento master das Nações Unidas, o High Level Political Forum, em Nova Iorque. Será dada particular atenção à implementação dos ODS, de forma estruturada, a partir da integração de novos projetos de sustentabilidade e dos projetos já existentes.

No que se refere à dimensão sub-regional, a EDL está em linha com as estratégias e políticas dos três municípios do território de intervenção.

A EDL estará em linha e procurará contribuir para responder aos desafios previstos nas estratégias e políticas municipais do concelho de Mafra, designadamente, a Estratégia “MMS – Mafra Mais Sustentável”, no âmbito da implementação dos ODS; a Certificação Biosphere Destination, que visa o desenvolvimento de diversas iniciativas para manter a sustentabilidade do desenvolvimento turístico; adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas; a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; a Estratégia Municipal de

Sensibilização e Educação Ambiental (EMSEA); a Estratégia para a Dinamização Económica de Mafra; a Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável do concelho de Mafra.

No que se refere ao município de Sintra importa salientar que existe um conjunto de políticas municipais que se interrelacionam com a implementação da EDL da A2S. A A2S é membro do Conselho Estratégico Empresarial, um fórum que inclui os principais *stakeholders* do concelho e que visa contribuir para o desenvolvimento estratégico de Sintra. Complementarmente, o município de Sintra tem em curso vários planos municipais com os quais existem complementaridades de ação do GAL como o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Sintra; o Plano Energético de Sintra; o Plano Municipal de Ambiente de Sintra; o Plano Estratégico do Concelho de Sintra face às Alterações Climáticas; o Plano Verde do Concelho de Sintra, o Programa Municipal de Disponibilização de Terras para Utilização Agrícola, Florestal e Silvopastoril; o Plano de Ação PERSU 2020 (Resíduos Sólidos Urbanos); o Plano Estratégico dos Equipamentos de Juventude do Município de Sintra, o Sintra Inclui, o Sintra Cresce Saudável, entre outros.

Também as políticas estratégicas do município de Loures estão em linha com a EDL. Verifica-se a articulação com o PMAB – Plano Estratégico Municipal para a Agricultura Biológica, o Plano Enoturístico de Bucelas, o Plano de Ação Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes. De salientar ainda a articulação com o Loures Innovation Hub - Ecossistema Inovação de Loures que tem como missão criar um ambiente favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, promovendo a competitividade e o investimento estruturante, em “clusters” com forte representatividade e potencial de crescimento no concelho.

8. Definição das áreas de intervenção da EDL que pretendem ver mobilizadas através do PEPAC, por via da implementação de um plano de ação específico, com estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir

A relação entre os Enfoques Temáticos, Objetivo e Áreas de intervenção, bem como a alocação de verbas pode ser encontrada no Formulário de candidatura e no documento Matriz_EDL.

Para o ET 1 - Dinamizar a economia local da Região Saloia serão mobilizadas as seguintes áreas de intervenção:

A1. Apoio a micro e pequenas empresas locais - Pretende-se com esta área apoiar as empresas agrícolas, agroalimentares e florestais, mas também empresas envolvidas na economia rural – bens e serviços de apoio à agricultura, agroindústria e floresta, ou que utilizem produtos destas, indústrias alimentares e de bebidas (produtos não agrícolas), turismo, alojamento, restauração, comércio local, artesanato, bioeconomia, economia circular, energias renováveis e eficiência energética, indústria e serviços relacionados com outros ativos do território.

A2. Apoio à implementação de iniciativas integradas de Sistemas Alimentares Locais, dinamização de cadeias curtas, promoção e organização dos atores e a partilha de recursos e infraestruturas coletivas – Pretende-se apoiar a implementação de Sistemas Alimentares Locais, contribuindo para a Estratégia para a Transição Alimentar da AML. Pretende-se apoiar a implementação e desenvolvimento das cadeias curtas de abastecimento, bem como a organização dos atores ao longo da cadeia (do produtor ao consumidor). Por fim, promover a gestão partilhada de recursos e infraestruturas coletivas, de forma a rentabilizar e disponibilizar os investimentos à comunidade local.

A3. Apoio à proteção dos recursos endógenos e tradicionais e à sua valorização, através da criação de valor, inovação, certificação, marketing e iniciativas de divulgação.

A4. Apoio à qualificação do emprego, através do aumento da oferta de empregos qualificados e seguros e apoio à remuneração justa. Na SWOT foi identificada a falta de mão-de-obra e pouca qualificação, nas empresas rurais. Neste sentido importa por um lado qualificar os empregos existentes, bem como permitir melhorar as remunerações nas empresas rurais, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do emprego. Poderá também ser valorizada a criação de emprego qualificado, no âmbito das restantes áreas de intervenção.

Para o ET 2 - Preservar a Identidade Saloia – património, cultura e saberes mobilizar-se-á uma área de intervenção: A1. Apoio à preservação, valorização e dinamização do património, cultura e saberes locais.

No enfoque ET3 - Melhorar a qualidade de vida das populações na Região Saloia a área de intervenção a mobilizar será A1. Apoio a iniciativas de empreendedorismo e inclusão social, associativismo, trabalho em rede e partilha de experiências e recursos.

Para o ET4 - Aumentar a Sustentabilidade Ambiental da Região Saloia, estabeleceu-se uma área de intervenção A1. Apoio a iniciativas de carácter ambiental, relacionadas com a energia, água, solos, descarbonização, práticas agrícolas/ florestais sustentáveis, biodiversidade e economia circular, etc. Nesta pretende-se apoiar investimento e iniciativas imateriais que conduzam a uma maior sustentabilidade ambiental, melhoria uso dos recursos e recuperação ambiental, etc.

Para o ET5 - Incrementar o conhecimento, a inovação e a transição digital na Região Saloia serão mobilizadas três áreas de intervenção:

A1. Apoio ao ensino, à formação profissional, à capacitação e apoio técnico especializado, bem como a troca de experiências e de boas práticas e à literacia dos atores locais. Do diagnóstico verifica-se que há falta de oferta de cursos de educação e formação, por exemplo na área agrícola. Há também diversas lacunas no apoio técnico especializado, condicionando o desenvolvimento económico e agrícola do território.

A2. Apoio à Investigação científica, à Inovação, I&DT e à partilha e transferência de conhecimento. Verifica-se a necessidade de incentivar a inovação e transferência de conhecimento para os atores locais.

A3. Apoio à transição e literacia digital. Nesta, pretende-se apoiar o investimento à transição digital, o que não pode ser desfasado do apoio à melhoria da literacia digital, especialmente nas empresas não tecnológicas.

A percentagem de alocação de verbas do FEADER e contribuição para as metas podem ser consultadas no ponto seguinte.

9. O Plano de Ação deverá ser estruturado tendo em conta as intervenções que o GAL considere serem passíveis de implementação através de medidas existentes no regulamento FEADER, tendo em conta os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC

Tal como referido no aviso nº 02/Operação 10.1.1/2023 a apresentação de objetivos, resultados e metas, das ações a implementar, bem como do plano financeiro (FEADER) a mobilizar, são elementos a constar na 2ª fase, após o reconhecimento do GAL.

Relativamente às metas a atingir, é nesta fase impossível quantificar realisticamente metas, sem conhecer o orçamento disponível, valores de investimento e taxas de apoio, bem como outros critérios de elegibilidade das áreas de intervenção.

